



Acta Paulista de Enfermagem

ISSN: 0103-2100

ISSN: 1982-0194

Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo

Oliveira, Paula Marciana Pinheiro de; Medeiros, Antonia Ellen Jardani de Souza; Luzia, Francisco Jardsom Moura; Silva, Gisele Mendes da; Bezerra, Jallyne Colares; Beserra, Gilmara de Lucena; Costa, Edmara Chaves; Grimaldi, Monaliza Ribeiro Mariano
Conhecimento de agentes comunitários de saúde sobre pessoas com deficiência visual

Acta Paulista de Enfermagem, vol. 35, eAPE03372, 2022
Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO03372>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307070269035>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Conhecimento de agentes comunitários de saúde sobre pessoas com deficiência visual

Knowledge of community health agents about visually impaired people

Conocimientos de agentes comunitarios de salud sobre personas con discapacidad visual

Paula Marciana Pinheiro de Oliveira¹  <https://orcid.org/0000-0001-9091-0478>

Antonia Ellen Jardani de Souza Medeiros¹  <https://orcid.org/0000-0003-1974-2090>

Francisco Jardsom Moura Luzia¹  <https://orcid.org/0000-0002-8386-6103>

Gisele Mendes da Silva¹  <https://orcid.org/0000-0001-7782-1649>

Jallyne Colares Bezerra¹  <https://orcid.org/0000-0002-9527-8341>

Gilmara de Lucena Beserra²  <https://orcid.org/0000-0002-1195-2264>

Edmara Chaves Costa¹  <https://orcid.org/0000-0003-0007-6681>

Monaliza Ribeiro Mariano Grimaldi¹  <https://orcid.org/0000-0002-8718-4783>

Resumo

Objetivo: Avaliar o conhecimento de agentes comunitários de saúde sobre pessoas com deficiência visual antes e após capacitação acerca da temática.

Métodos: Estudo descritivo e longitudinal, desenvolvido em três Unidades Básicas de Saúde em um município do interior do Ceará, entre os meses de dezembro de 2019 e maio de 2020. Participaram 13 agentes comunitários de saúde que trabalhavam nas referidas instituições. Os dados obtidos pela aplicação do questionário foram analisados pelo programa *Statistical Package for the Social Sciences* e Epi-Info.

Resultados: Os agentes comunitários de saúde eram, em sua maioria, mulheres com idade entre 41 e 50 anos (46,15%) e casados (69,23%). Mais da metade dos participantes estudaram apenas até o ensino médio (61,54%), e o mesmo número participou de curso técnico para agentes comunitários de saúde. Em relação ao tempo de trabalho como agentes comunitários de saúde, poucos exerciam essa função há mais de 20 anos (38,46%) e aproximadamente metade trabalhava na zona rural (53,85%). Foi observada aprendizagem após realização da capacitação, pois ocorreu acréscimo de respostas adequadas sobre termos comuns à temática, uma vez que os participantes da pesquisa passaram a compreender os conceitos de pessoa com deficiência, inclusão e acessibilidade. Foi possível observar que nenhum participante tinha treinamento sobre a temática, sendo relevante a capacitação ofertada por esse estudo.

Conclusão: Após realização da capacitação, foi possível observar aumento no número de respostas corretas, sensibilização e conscientização sobre a importância da temática, já que possuíam pessoas com deficiência em suas áreas de atuação.

Abstract

Objective: Evaluate community health agents' knowledge about visually impaired people before and after training on the topic.

Methods: Descriptive and longitudinal study, developed in three primary health care services in a city in the interior of Ceará, between December 2019 and May 2020. The participants were 13 community health agents who worked at these institutions. The data obtained by applying the questionnaire were analyzed using *Statistical Package for the Social Sciences* and Epi-Info.

Results: most community health agents were women between 41 and 50 years of age (46.15%) and married (69.23%). More than half of the participants had only obtained a high school degree (61.54%), and the same number had taken a technical course for community health agents. As for their length of experience as community health agents, few had been working in this function for more than 20 years (38.46%) and about half worked in rural areas (53.85%). Learning was observed after the training, as the number of correct

¹Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, Brasil.

²Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Conflitos de interesse: n/a declarar.

Como citar:
Oliveira PM, Medeiros AE, Luzia FJ, Silva GM, Bezerra JC, Beserra GL, et al. Conhecimento de agentes comunitários de saúde sobre pessoas com deficiência visual. *Acta Paul Enferm.* 2022;35:eAPE03372.

DOI:
<http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022A003372>



Descriptores

Agentes comunitários de Saúde; Capacitação profissional; Pessoas com deficiência visual; Promoção da saúde

Keywords

Community health workers; Professional training; Visually impaired persons; Health promotion

Descriptores

Agentes comunitarios de salud; Capacitación profesional; Personas con daño visual Promoción de la salud

Submetido

12 de Novembro de 2020

Aceito

26 de Maio de 2021

Autor correspondente

Paula Marciana Pinheiro de Oliveira

E-mail: paulapinheiro@unilab.edu.br

Editor Associado (Avaliação pelos pares):

Paula Hino

(<https://orcid.org/0000-0002-1408-196X>)

Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

answers on common terms related to the topic increased, considering that the research participants began to understand the concepts of disabled people, inclusion and accessibility. It could be observed that none of the participants had been trained on the subject, showing the relevance of the training offered in this study.

Conclusion: After the training, an increase in the number of correct answers could be observed, as well as increased awareness about the importance of the topic, as there were people with disabilities in their activity areas.

Resumen

Objetivo: Evaluar los conocimientos de agentes comunitarios de salud sobre personas con discapacidad visual antes y después de una capacitación acerca del tema.

Métodos: Estudio descriptivo y longitudinal, llevado a cabo en tres Unidades Básicas de Salud en un municipio del interior del estado de Ceará, entre los meses de diciembre de 2019 y mayo de 2020. Participaron 13 agentes comunitarios de salud que trabajaban en las instituciones mencionadas. Los datos obtenidos tras la aplicación del cuestionario fueron analizados con el programa *Statistical Package for the Social Sciences* y Epi-Info.

Resultados: Los agentes comunitarios de salud eran mayormente mujeres entre 41 y 50 años de edad (46,15 %) y casados (69,23 %). Más de la mitad de los participantes estudiaron solamente hasta la educación secundaria (61,54 %) y el mismo número participó en un curso técnico para agentes comunitarios de salud. Con relación al tiempo de trabajo como agentes comunitarios de salud, pocos ejercían esa función hace más de 20 años (38,46 %) y aproximadamente la mitad trabajaba en la zona rural (53,85 %). Se observó el aprendizaje luego de la capacitación, pues hubo un incremento de respuestas correctas sobre términos comunes del tema, dado que los participantes del estudio comenzaron a comprender los conceptos sobre personas con discapacidad, inclusión y accesibilidad. Fue posible verificar que ningún participante había sido capacitado sobre el tema, por lo que la capacitación ofrecida por este estudio resultó relevante.

Conclusión: Luego de realizar la capacitación, fue posible observar un aumento en el número de respuestas correctas, sensibilización y concientización sobre la importancia de la temática, ya que en sus áreas de actuación había personas con discapacidad.

Introdução

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2019, 2,2 bilhões de pessoas no mundo apresentavam comprometimento visual. Destas, 1 bilhão têm deficiência visual que poderia ter sido evitada ou ainda não foi tratada.⁽¹⁾ No Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018, o percentual de pessoas com deficiência visual conforme o novo critério é de 3,4% (6.485.671).⁽²⁾

Dessa forma, é essencial promover a qualidade de vida e trabalhar a prevenção de comorbidades das pessoas com deficiência, dentre elas a visual, a fim de minimizar futuros agravos à saúde. Para isso, é importante capacitar os profissionais de saúde que lidam direta e indiretamente com essa clientela.

É importante ressaltar que um dos direitos da pessoa com deficiência resguardados na Constituição Federal de 1988 é a saúde. Assim, a capacitação dos agentes comunitários de saúde pode garantir a redução do risco de doença e de outros agravos assegurados por meio de políticas sociais e econômicas,⁽³⁾ já que esses profissionais lidam diretamente com a assistência da população geral e de pessoa com deficiência, identificando suas demandas e necessidades como uma de suas atividades.

Como particularidade de seu trabalho, o agente comunitário de saúde realiza atividades de avaliação diagnóstica, busca de situações de risco e encaminhamento desses casos à equipe de saúde, além de orientar as famílias e auxiliar na implantação das ações de saúde locais, nas Unidades Básicas de Saúde, e nacionais, na alimentação dos sistemas de informação do Ministério da Saúde.⁽⁴⁾

Em estudo voltado às perspectivas dos agentes comunitários de saúde sobre a atenção à saúde das pessoas com deficiência da zona rural, observou a existência de barreiras e vulnerabilidades relacionadas à identificação e ao conhecimento dos direitos dessas pessoas assegurados nas leis vigentes no país. Além disso, observou também, nas falas dos agentes comunitários de saúde, a necessidade de uma formação mais ampla, já que atuam como elo principal entre a equipe de saúde e a população residente de suas áreas. Em alguns casos, eles são inclusive procurados para a execução de funções que não compreendem suas habilidades, o que justifica a importância da realização de outros estudos voltados à temática.⁽⁵⁾

Assim, a capacitação dos agentes comunitários de saúde para lidar com as pessoas com deficiência beneficia toda a população que reside em sua área de trabalho, pois ocorre aperfeiçoamento na assistência direcionada, sendo esta capaz de proporcionar qualidade de vida e cuidados mais efetivos. Para isso, é

fundamental proporcionar conhecimentos e expandir habilidades e atitudes desses profissionais, visando facilitar a identificação e a inserção das pessoas com deficiência na rotina dos serviços de saúde.^(4,6)

Nessa perspectiva, surgiu a indagação: Qual o conhecimento dos agentes comunitários de saúde sobre a temática da pessoa com deficiência, acessibilidade e inclusão?

O presente estudo objetivou avaliar o conhecimento de agentes comunitários de saúde sobre pessoas com deficiência visual antes e após capacitação sobre a temática.

Métodos

Estudo descritivo e longitudinal desenvolvido em três Unidades Básicas de Saúde do interior do estado do Ceará. As unidades foram selecionadas por possuírem um quantitativo superior de pessoas com deficiência na área. Os dados foram obtidos de dezembro de 2019 a maio de 2020, e a coleta aconteceu por meio do preenchimento de formulário para obtenção de dados.

Participaram 13 agentes comunitários de saúde, que correspondem ao quantitativo total apresentando pelas unidades selecionadas para o estudo. Foram incluídos agentes comunitários de saúde lotados na área que compõe as Unidade Básicas de Saúde participantes da pesquisa. Agentes comunitários de saúde que estavam de férias e sob Licença-Saúde no período da coleta não fizeram parte do estudo. Todos os agentes das unidades que compuseram a pesquisa foram convidados e participaram da atividade.

A coleta foi constituída por quatro etapas. A primeira diz respeito à busca e à seleção do material para utilização na capacitação de agentes comunitários de saúde sobre pessoa com deficiência. O material foi selecionado a partir do Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do Aluno com Deficiência no Ensino Básico,⁽⁷⁾ que contém tópicos voltados às perspectivas histórica e cultural da pessoa com deficiência, à acessibilidade e à inclusão. Nessa fase, também foram selecionados as Unidades Básicas e os agentes comunitários de saúde para convite.

A segunda etapa consistiu na apresentação do projeto para a Coordenação de Saúde do municí-

pio. Após agendamento, em data programada e sala reservada, foram explicados os objetivos e as atividades que seriam realizadas aos agentes comunitários de saúde, concretizado o convite para participação da capacitação e do estudo.

Na terceira etapa, após o aceite e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aplicou-se formulário já validado em estudo anterior, adaptado para o público,⁽⁸⁾ denominado “pré-teste”, utilizado para avaliar o conhecimento prévio dos agentes comunitários de saúde sobre a temática. O formulário apresentou questões objetivas e subjetivas sobre pessoas com deficiência (treinamento, relacionamento, comunicação e assistência) e foi utilizado no pré e no pós-teste.

Ainda nessa etapa, em sala reservada na própria Unidade Básica de Saúde, foi realizada capacitação com todos os agentes por meio de aula expositiva. A capacitação contou com carga horária de 40 horas, sendo 4 horas teóricas (referente à exposição oral do conteúdo e ao momento para esclarecimentos e discussão) e 36 horas práticas (momento de visita nas residências das pessoas com deficiência visual). Ainda, foi preenchida uma ficha de cadastro a fim de conseguir os dados do perfil sociodemográfico desses agentes comunitários de saúde.

A última etapa correspondeu à aplicação do questionário, chamado “pós-teste”, que consistia no mesmo questionário do pré-teste, com o mesmo número de questões. Essa etapa aconteceu por meio de ligações telefônicas, devido à situação presente de pandemia do novo coronavírus 2019 (Covid-19), e teve o propósito de comparar e avaliar o conhecimento adquirido pelos agentes comunitários de saúde após a realização da atividade. Recomenda-se que o pós-teste seja realizado pelo menos 1 dia após a intervenção; no caso do presente estudo, ele foi aplicado após 3 meses.⁽⁹⁾

Os dados foram processados e analisados pelo programa *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 20.0, o qual apresentou em tabelas a análise dos dados do pré e pós-teste por meio do teste do qui-quadrado de McNemar. Para obtenção do intervalo de confiança dos dados descritivos, foi utilizado o programa Epi-Info, versão 7.2. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da instituição de ensino superior relacionada, com parecer Nº 3.999.424.

Resultados

Participaram do estudo 13 agentes comunitários de saúde, sendo a maioria do sexo feminino (12; 92,31%), metade entre 41 e 50 anos (6; 46,15%), boa parte casada (9; 69,23%), e pouco mais da metade tinha estudado apenas até o ensino médio. O mesmo número participou de curso técnico para agentes comunitários de saúde (8; 61,54%).

Referindo-se ao tempo de trabalho como agentes comunitários de saúde, pouco menos da metade exercia essa função há mais de 20 anos (5; 38,46%) e aproximadamente metade trabalhava na zona rural (7; 53,85%). Ainda, a maioria dos participantes afirmou que o treinamento era relevante e, após a capacitação, acreditavam ser primordial abordar com maior frequência essa temática (11; 84,6%).

Voltando-se para os dados levantados sobre a atuação junto à pessoa com deficiência, quase todos disseram já ter prestado assistência ao público-alvo deste estudo (12; 92,31%). Mais da metade afirmou ter adaptado o atendimento para melhor atendê-los (7; 53,85%), embora não tenha sido possível inferir se essa adaptação foi correta e adequada.

Os dados da pesquisa mostraram que boa parte dos agentes afirmou não existir acessibilidade em sua área de trabalho e indicaram ainda que não existiam condições de acesso às pessoas com deficiência (10; 76,92%).

A tabela 1 descreve a análise do conhecimento desses profissionais no pré e pós-teste sobre os conceitos comuns a temática.

Tabela 1. Pré e Pós-teste para análise do conhecimento dos agentes comunitários de saúde sobre pessoa com deficiência

Itens	Pré-teste		Pós-teste		p-value*
	Erro	Acerto	Erro	Acerto	
Qual o conceito de pessoa com deficiência?	12(92,3)	1(7,7)	9(69,2)	4(30,8)	0,250
Qual o conceito de acessibilidade?	5(38,5)	8(61,5)	2(15,4)	11(84,6)	0,250
Qual o conceito de inclusão?	7(53,8)	6(46,2)	1(7,7)	12(92,3)	0,031

Resultados expressos por n (%); *Teste Estatístico: Qui-quadrado de McNemar

Destacam-se a conversão positiva, referente ao quantitativo de acertos, quanto à temática da inclusão ($p=0,031$), passando de seis para 12 respostas corretas, e a melhoria dos resultados quanto à discussão sobre pessoa com deficiência ($p=0,250$)

e acessibilidade ($p=0,250$), mesmo na ausência de significância expressa.

Observou-se que 12 agentes desconheciam, por ocasião do pré-teste, o conceito de pessoas com deficiência. No pós-teste, o conhecimento foi adquirido, pois, após a capacitação, o número de acertos cresceu de um para quatro (30,8%).

Quanto ao conceito de acessibilidade ($p=0,250$), três (60,0%) dos cinco agentes que afirmaram desconhecer o termo a princípio passaram a expressar apropriadamente a alternativa correta na aplicação do pós-teste, totalizando 11 (84,6%) respostas adequadas sobre o assunto.

Ao perguntar sobre o que entendiam por inclusão, seis (85,7%) ampliaram seu conhecimento, pois, após a capacitação, 12 (92,3%) apresentaram respostas adequadas. Esse item apresentou diferença estatística significativa, com valor de p de 0,031.

A tabela 2 revela, por meio do teste do qui-quadrado de McNemar, o conhecimento dos agentes comunitários de saúde antes e após capacitação.

Tabela 2. Conhecimento dos agentes comunitários de saúde sobre pessoa com deficiência visual

Itens	Pré-teste		Pós-teste		p-value*
	Erro	Acerto	Erro	Acerto	
O deficiente visual se comunica por meio da escrita?	4(30,8)	9(69,2)	2(15,4)	11(84,6)	0,625
Quais as tecnologias utilizadas para o cego se orientarem enquanto anda na rua?	2(15,4)	11(84,6)		13(100,0)	†
Como o cego pode obter informações?	2(15,4)	11(84,6)	2(15,4)	11(84,6)	1,000
Qual o sinal que permite o cego atravessar a faixa de pedestres com segurança, sem necessitar da ajuda de outras pessoas?	2(15,4)	11(84,6)	2(15,4)	11(84,6)	1,000

Resultados expressos por n (%); *Teste estatístico do qui-quadrado de McNemar; † não houve viabilidade de processamento, por perda do pressuposto (tabela PxP)

Dentre os participantes, quatro (30,8%) inicialmente erraram o questionamento sobre a forma de comunicação das pessoas com deficiência visual, mas responderam oportunamente após a capacitação, agregando conhecimento, e, assim, no pós-teste, foram obtidas 11 (84,6%) respostas adequadas ($p=0,625$).

Discussão

Conforme dados sobre o perfil sociodemográfico dos agentes comunitários de saúde, o maior número de

participantes é do sexo feminino. Esse aspecto significativo caracteriza a maioria das equipes de saúde. A imagem da mulher como agente comunitário de saúde se apresenta associada ao ato de cuidar, orientar, zelar pelo bem-estar físico e social de toda família. Por esse motivo, a profissão do agente comunitário de saúde acaba por ser vista como uma profissão feminina.⁽¹⁰⁾

Antes da capacitação, três dos agentes desconheciam o conceito de pessoas com deficiência. Ao verificar os dados obtidos no pós-teste, esses três agentes que tinham errado tal questão compreenderam o conceito corretamente. Assim, os profissionais possivelmente tinham conhecimento sobre a temática, a partir de fontes externas (televisão, rádio, comunicação com outras pessoas e etc.), pois nenhum possuía capacitação sobre o tópico.

O conceito de pessoas com deficiência passou por algumas mudanças ao longo dos anos e ainda permanece em transformação. Entretanto, de acordo com a lei 13.146/15, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, pode-se definir pessoas com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.⁽¹¹⁾

Nesse contexto, a partir de estudo realizado com a própria população em questão sobre a construção do conceito de deficiência, pode-se afirmar que as pessoas com deficiência auditiva aceitam a denominação surdo, já as que têm limitação visual aceitam o termo pessoas com deficiência visual e/ou cego e aqueles com limitação motora negaram a expressão pessoas com deficiência física e cadeirante.⁽¹²⁾

As pessoas com deficiência estão inseridas no processo de trabalho do agente comunitário de saúde, visto que eles são responsáveis pelo cadastro das famílias, mas constatou-se que esse processo não considera as particularidades e as definições de cada tipo de deficiência.⁽⁵⁾ Justifica-se, então, a realização de capacitações voltadas às especificidades de cada deficiência, promovendo educação continuada desses profissionais.⁽⁵⁾

Acerca da acessibilidade, oito agentes responderam adequadamente sobre o conceito desse termo no pré-teste. Após capacitação, 11 dos agentes acertaram tal conceito, ou seja, com a persistência de apenas dois dos

participantes em condição de desacerto sobre a temática (os mesmos que erraram antes permaneceram no erro depois da capacitação). Ainda no pós-teste, dez dos profissionais asseguraram que não existe condições de acesso às pessoas com deficiência em suas áreas de trabalho, desde a residência até o percurso da unidade de saúde.

De acordo com a Norma Brasileira Técnica 9050/20, a acessibilidade é conceituada como a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.⁽¹³⁾

Foi possível evidenciar, em estudo sobre pessoas com deficiência realizado no Maciço de Baturité, região próxima da capital Fortaleza, que o acesso ao interior do prédio das unidades de saúde se dava por escadas, rampas e piso inacessíveis, além de portas parcialmente acessíveis em relação à largura e à ausência de obstáculos físicos.⁽¹⁴⁾

Sendo os agentes comunitários de saúde o principal elo em âmbito nacional de comunicação entre a população e os serviços de saúde, a aquisição de conhecimentos sobre acessibilidade dos espaços físicos das unidades colabora no processo de acolhimento dos usuários e fornece subsídios para que essa população disponha dos cuidados essenciais e necessários para melhoria na qualidade de vida e redução de riscos.⁽¹⁵⁾

No que concerne a indagação sobre o conceito de inclusão, metade detém conhecimento sobre o assunto. No pré-teste, sobre o entendimento por inclusão, seis participantes responderam satisfatoriamente. Quanto ao pós-teste, seis dos participantes que tinham errado passaram a acertar.

É importante lembrar que a inclusão preconiza que família e sociedade se adaptem às necessidades das pessoas com deficiência, possibilitando acesso aos mais diversos serviços públicos, com o propósito de efetivar igualdade de oportunidades para todos.⁽⁶⁾ Assim, pode-se afirmar que os agentes comunitários de saúde entenderam o conceito de inclusão.

O estudo possibilitou observar que os agentes não tiveram treinamento prévio sobre pessoas com deficiência, apesar de 12 deles afirmarem desempenhar assistência a essas pessoas. Faz-se relevante a capacitação concedida neste estudo. Assim, 11 dos participantes afirmaram que o treinamento é rele-

vante e, após a capacitação, acreditaram ser primordial abordar essa temática com maior frequência.

Ao se analisarem os itens relacionados exclusivamente à pessoa com deficiência visual, percebe-se que houve aprendizagem, no que concerne à orientação do cego na rua e à forma de obtenção de informações, uma vez que há número maior de acertos no pós-teste, se comparado ao pré-teste. É importante salientar que a aprendizagem em específico sobre a pessoa com deficiência visual não foi tão relevante, presumindo, portanto, conhecimento prévio de fontes diversas, uma vez que os agentes comunitários de saúde confirmaram nunca terem tido capacitação sobre a temática. Em comparação com a abordagem sobre a temática geral de pessoa com deficiência, a capacitação/aprendizagem foi mais efetiva sobre o conceito, a classificação, a inclusão, a acessibilidade e a tecnologia assistiva.

A maioria dos participantes acertou sobre a forma de escrita usada pelo deficiente visual no pré-teste, aumentando o número de acertos no pós-teste. É ainda correto dizer que os agentes conheciam e ampliaram seu conhecimento sobre o braile ser a forma de comunicação escrita usada pelo deficiente visual, mas houve quem afirmasse que se tratava de uma escrita em relevo.

O braile é um sistema de leitura e escrita tátil desenvolvido para cegos, o qual representa os elementos da linguagem por meio de pontos.⁽¹⁶⁾ Na ausência da visão, a captação de informações deve acontecer por meio de outra via sensorial. Das quais principalmente tato e audição.⁽¹⁷⁾

No que concerne ao modo como o cego pode obter informações, dois participantes que antes erraram mostraram resposta adequada no pós-teste, ao afirmarem que gravações em áudio (livro falado), utilização de leitor (pessoa que lê para o cego) e softwares sintetizadores de voz são recursos que ajudam e facilitam a rotina dessa clientela. Tais recursos são chamados de tecnologias assistivas, conhecidas como todo arsenal de recursos e serviços que contribuem para adequar ou ampliar habilidades funcionais das pessoas com deficiência, promovendo maior segurança, independência, autonomia e inclusão.⁽¹⁸⁾

No que se refere às pessoas com deficiência visual, o uso de tecnologias assistivas pode promover melhor qualidade de vida. Estudo que aborda a conscientização e as barreiras de acesso às tecnologias assistivas por

jovens com deficiência visual na Índia mostra que é de suma importância que instituições e profissionais de saúde obtenham conhecimentos e tracem estratégias para implementação das tecnologias assistivas em seu processo assistencial, visto que elas promoveriam inclusão e independências das pessoas com deficiência, possibilitando empoderamento e autonomia em seu processo assistencial.⁽¹⁹⁾

Quanto aos questionamentos sobre como o cego pode obter informações e sobre o sinal que permite ao cego atravessar a faixa de pedestres com segurança sem necessitar de ajuda de outras pessoas (sinal sonoro), dois agentes tinham uma resposta ineficaz no pré-teste e apresentaram o mesmo equívoco no pós-teste.

Com isso, faz-se necessária a realização de novas intervenções educativas que propiciem conhecimento aos agentes comunitários de saúde para que possam compreender aspectos relacionados às pessoas com deficiência visual, a fim de sanar futuras complicações e potenciais riscos à saúde. Os enfermeiros podem agir como importantes mediadores desse processo.

O presente estudo trouxe aprendizagem e conhecimento para os profissionais da saúde. Após capacitação, foi perceptível um acréscimo de respostas adequadas sobre termos comuns à temática (pessoa com deficiência, inclusão, tecnologia assistiva, acessibilidade, orientação do cego na rua e forma de obtenção de informações). Tal conhecimento auxiliará esses profissionais a terem um olhar sensível e efetivar suas ações/atividades sobre as demandas desse público, incentivando outros profissionais sobre as mesmas questões.

Como limitações do estudo, citam-se o número reduzido de participantes e a necessidade de ajustes no instrumento já validado e utilizado no estudo, uma vez que os agentes comunitários de saúde ficaram confusos ao responderem alguns itens. Como possibilidades futuras, podem ser também realizadas pesquisas concernentes ao conhecimento desses profissionais sobre outras deficiências, no intuito de propor estratégias futuras e capacitação para atuarem de forma segura e eficaz com o maior número de pessoas com deficiência. Além disso, deve ser possível avaliar o processo de capacitação com os agentes comunitários de saúde como forma de apoiar a identificação e a necessidades de aprimoramento.

Conclusão

Houve aquisição de conhecimento dos agentes comunitários de saúde após a capacitação proposta. São necessárias novas intervenções educativas que propiciem conhecimento aos agentes comunitários de saúde, para que possam compreender aspectos relacionados a esse público e adequar as práticas de assistência para uma atuação de qualidade. Mesmo com a constatação do aprendizado, fazem-se necessários a continuidade de atividades educativas e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação permanente do agente comunitário de saúde. Nessa perspectiva, o enfermeiro é essencial, pois se mostra como facilitador apto a proporcionar e ampliar o conhecimento em saúde. Apesar de estarem regulamentados por políticas públicas viáveis no nosso país, os direitos das pessoas com deficiência não são garantidos, principalmente no atual contexto de desmonte das políticas sociais. Na maioria das vezes, é fruto da mobilização da sociedade civil. Com isso, o empoderamento e a disseminação de informações sobre o público, voltados a todos os profissionais de saúde, incluindo os agentes comunitários de saúde, apresentam relevância significativa na efetivação das legislações em vigor.

Colaborações

Oliveira PMP, Medeiros AEJS, Luzia FJM, Silva GM, Bezerra JC, Beserra GL, Costa EC e Grimaldi MRM declaram que contribuíram com a concepção do projeto, análise e interpretação dos dados; redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual e aprovação da versão final a ser publicada.

Referências

1. World Health Organization (WHO). World report on vision. Geneva: WHO; 2019 [cited 2020 Sep 15]. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-vision>
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota técnica 01/2018: Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. Rio de Janeiro: IBGE; 2018 [cited 2021 Feb 15]. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf
3. Brasil. Supremo Tribunal Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada até a EC n. 105/2019. Brasília (DF): Supremo Tribunal Federal; 2019 [cited 2021 Feb 15]. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>
4. Alonso CM, Béguin PD, Duarte FJ. Trabalho dos agentes comunitários de saúde na Estratégia Saúde da Família: metassíntese. Rev Saúde Pública. 2018;52:14.
5. Zeni D, Costa MC, Silva EB, Honnep F, Arboit J, Colomé IC. Health care for people with disabilities in a rural setting under the perspective of community agents. Rev Bras Enfermagem. 2020;73(6):1-8.
6. Pimentel SC, Pimentel MC. Acessibilidade para inclusão da pessoa com deficiência: sobre o que estamos falando? Rev FAEEBA. 2017;26(50):91-103.
7. Lima MM. Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico [tese]. Redenção (CE): Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; 2018.
8. Silva FC. Conhecimento dos professores do ensino básico e superior sobre pessoas com deficiência [Monografia]. Fortaleza (CE): Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará; 2017.
9. Lima MN, Gaspar FD, Mauro TG, Arruda MA, Abbad GS. Retenção da aprendizagem após treinamento em Suporte Básico de Vida com uso de simulação de baixa fidelidade em uma unidade hospitalar odontológica. Sci Med. 2018;28(1):ID29410.
10. Castro TA, Davoglio RS, Nascimento AA, Santos KJ, Coelho GM, Lima KS. Agentes Comunitários de Saúde: perfil sociodemográfico, emprego e satisfação com o trabalho em um município do semiárido baiano. Rev Rene. 2017;25(3):294-301.
11. Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília (DF): Presidência da República; 2015 [cited 2021 Feb 15]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
12. Pagliuca LM, Oliveira PM, Mariano MR, Silva JM, Almeida PC, Oliveira GO. Pessoa com deficiência: construção do conceito por esta população. Rev Rene. 2015;16(5):705-13.
13. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Brasília (DF): ABNT; 2020 [cited 2021 Feb 15]. Disponível em: http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/uploads/1596842151Emenda_1_ABNT_NBR_9050_em_03_de_agosto_de_2020.pdf
14. Marques JF, Áfio AC, Carvalho LV, Leite SS, Almeida PC, Pagliuca LM. Physical accessibility in primary healthcare: a step towards the embracement. Rev Gaúcha Enferm. 2018;39:e2017-0009.
15. Oliveira MP, Menezes IH, Sousa LM, Peixoto MR. Formação e qualificação de profissionais de saúde: fatores associados à qualidade da atenção primária. Rev Bras Educ Med. 2016;40(4):547-59.
16. Andrichuetto R, Preichardt EM, Mumbach DH. Softwares livres brasileiros de acessibilidade ao braille: funcionalidades e potencialidades do Brailendo e Braille Fácil. Scientia Generalis. 2020;1(3):1-19.
17. Torres JP, Costa CS, Lourenço GF. Substituição sensorial visuo-tátil e visuo-auditiva em pessoas com deficiência visual: uma revisão sistemática. Rev Bras Educ Espec. 2016;22(4):605-18.
18. Felicetti AS, Santos EM, Santos SA. A utilização das tecnologias assistivas com pessoas cegas ou com baixa visão: uma revisão da literatura. Br J Ed Tec Soc. 2017;10(4):275-87.
19. Senjam SS, Foster A, Bascaran C, Vashist P. Awareness, utilization and barriers in accessing assistive technology among young patients attending a low vision rehabilitation clinic of a tertiary eye care centre in Delhi. Indian J Ophthalmol. 2019;67:1548-54.